

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE
DOIS MIL E CATORZE**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

b) Apreciação da proposta apresentada pelo Membro da Assembleia Cristina Maria Campos Guerra, e eventual constituição de uma Comissão de Trabalho;

c) Nomeação da Sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A. como auditor externo do Município de Fornos de Algodres;

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, António José Elvas da Rocha, João Alexandre Teles Abreu Castelo Branco, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, Américo Oliveira Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre se havia alguma proposta de alteração ao projeto da ata da anterior sessão, não havendo nenhuma alteração, colocou à votação a ata tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Membro da Assembleia Artur Oliveira por motivo de ausência na sessão anterior.

Antecedendo as inscrições para o Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia, recomendou que o expediente para a Assembleia fosse entregue com três dias de antecedência, ou com aviso de receção ou por protocolo, sobretudo os documentos para incluir na Ordem do Dia, uma vez que têm de ser analisados previamente. Referiu que a Assembleia não é uma caixa de ressonância da Câmara Municipal, é um organismo autónomo e, como tal, quem decide a Ordem do Dia é a Mesa da Assembleia. Em relação à informação do Sr. Presidente da Câmara, e, com base no disposto no Art.º25 da Lei 75 de 2013, mais uma vez não foi cumprida a Lei, uma vez que não estava devidamente datada.

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Membro da Assembleia Cristina Guerra para questionar o executivo sobre a questão do saneamento da C+S, se já há alguma solução para o problema e o que os Gabinetes Técnicos estão a providenciar nesse sentido.

O Membro da Assembleia Elvas da Rocha referiu que um dos objetivos do Partido Socialista de Fornos de Algodres foi “dar vida ao concelho”, e esse objetivo está a ser cumprido, através da realização de diversos eventos, dos quais destacou o “Dia Mundial da Criança”, a “Inauguração da Biblioteca Municipal” e a realização de eventos desportivos como “Fornos Cup 2014” que trouxe centenas de jovens ao concelho e constituiu uma mais valia, sobretudo para as empresas de restauração.

Elogiou o empenho da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja no sentido de manterem a escola primária aberta.

Congratulou-se com a reabertura da Av. 25 de Abril, que se encontrava fechada há mais de meio ano.

Por fim comunicou que no corrente ano se realizarão as comemorações dos 500 anos da atribuição do Foral à Freguesia da Matança, dizendo que é uma data simbólica, lembrou que a Matança foi vila e apelou às outras Juntas

de Freguesia para que pelo menos uma vez por ano, promovessem este tipo de eventos.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo interveio para apresentar uma Moção da Bancada do Partido Social Democrata, que leu para posterior submissão a votação, caso o entendessem.

“MOÇÃO PELA TRANSPARÊNCIA

A Serra da Esgalhada – Mata Municipal - tem sido considerada ao longo de décadas um património municipal indissociável dos Fornenses, quer como área de lazer, quer como área desportiva ou como pulmão da vila. Complementarmente foi surgindo a ideia de se lhe juntar uma nova vertente de apoio ao concelho, e à região, juntando-se a construção de um novo Hotel e proporcionando condições para a criação de uma unidade turística de excelência.

Até aqui todos estaremos de acordo, uma vez que com esta infraestrutura, ficaria mais enriquecida esta área de lazer e o próprio concelho, com maior visibilidade para procura turística e desenvolvimento de outras atividades. Pelo conhecimento que temos do modus operandi escolhido para a construção do hotel, não mereceu à época qualquer contestação porque, pensamos, que a simples cedência dos terrenos necessários à construção do mesmo, não iria contra o desejo expresso dos munícipes, pelas razões apontadas, e ainda permitiria a valorização e o enriquecimento de Fornos de Algodres.

Agora somos confrontados, no nosso dia a dia, com conversas de café e com notícias de jornal em que nos é transmitido que afinal a cedência de terreno não se terá cingido à área necessária de construção mas sim pela passagem total da Mata Municipal com todas as infra-estruturas existentes para uma sociedade privada, onde a Câmara detém apenas 15% do seu capital social.

Acresce ainda, segundo se diz, os projectos, as escavações, os arranjos exteriores, bem como o pagamento da água e electricidade, ter sido até bem recentemente, tudo por conta do Município.

Face ao exposto, julga-se oportuno e urgente a clarificação desta situação, para bem das pessoas e dos órgãos autárquicos envolvidos (Câmara e Assembleia Municipal).

Assim, considerando que a verdade deve ser sempre apanágio da nossa vivência política, considerando que a delapidação do património nunca poderá ser aceite por qualquer pessoa de bem, considerando que as responsabilidades devem ser atribuídas e assumidas por todos, considerando que ninguém pode alegar menor conhecimento ou desconhecimento para se descartar das suas responsabilidades, considerando que quando nos candidatamos à representação dos munícipes nos órgãos competentes devemos estar conscientes da nossa capacitação para isso, considerando que a ser verdade tudo o que se comenta na praça pública, julgamos urgente que seja feita a clarificação dos factos e para tal, além da comissão que possa vir a ser criada para apuramento das responsabilidades dos eleitos para os Órgãos Autárquicos dos mandatos anteriores, a bancada do PSD propõe:

1 - dar plenos poderes ao Sr. Presidente de Câmara e ao órgão que representa, para que se rodeie de todos os meios necessários, jurídicos, de inspecção ou de investigação judicial, de modo a permitir uma clarificação cabal de toda a situação;

2 - envidar todos os esforços para que se faça reverter a propriedade dos terrenos ao património do município, caso se confirme a veracidade das notícias que têm vindo a público.”

Depois de ter sido lida a Moção, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou se alguém queria fazer uso da palavra.

O Membro da Assembleia Luís Ginja manifestou a sua concordância com a moção apresentada pela bancada do PSD e referiu que em relação à atribuição dos poderes ao Sr. Presidente da Câmara, não era necessário a permissão da Assembleia, uma vez que o executivo já detém esses poderes, mas se a quiserem colocar a votação está plenamente de acordo.

O Membro da Assembleia João Castelo Branco referiu que a apresentação da moção é meramente formal, é uma forma de mostrarem que estão com o executivo para que este assunto se resolva.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a moção apresentada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Usou da palavra o Membro da Assembleia Álvaro dos Santos, que agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o executivo, ao Presidente da Junta de Freguesia de Queiriz e ao Membro da Assembleia Cristina Guerra,

todo o empenho que demonstraram para evitar o encerramento da Escola Primária de Figueiró da Granja.

Referiu também que deveria ser revisto todo o Plano de Rede Escolar e mostrou a sua indignação com o facto de alunos das escolas de Muxagata, Sobral Pichorro, Fuinhas e Mata, se deslocarem para a escola de Fornos, uma vez que têm uma escola a 3 Km de distância, os autocarros vão lotados, nem todas as crianças têm lugar sentadas e por vezes as portas vão abertas.

Mostrou a sua indignação perante a posição de alguns Membros da Assembleia que teceram comentários nas redes sociais sobre matérias que desconheciam e referiu que foram colocados postes telefónicos nas freguesias com menos de 1000 habitantes e sem acesso a redes móveis, tendo sido uma norma europeia imposta à ANACOM de modo a dotar as freguesias de meios para que os habitantes sem telefone ou telemóvel, pudessem realizar chamadas de emergência.

O Membro da Assembleia Artur Oliveira abordou a questão da Rede Escolar e, face ao desconhecimento de alguns dos presentes em relação ao assunto, referiu que a Reorganização da Rede Escolar foi definida não com base em nenhum critério em particular, mas com base em negociações que resultaram de reuniões realizadas na Câmara Municipal com os Presidentes de Juntas de Freguesia, de acordo com os recursos disponíveis na época. Numa primeira fase, foi negociado que os alunos de Fuinhas, Sobral Pichorro e Mata iriam para Figueiró e, numa fase posterior e dadas as boas condições que a escola oferecia, Queiriz e Vila Chã. Presentemente estão inscritos na Escola Primária de Figueiró, 22 alunos.

Elogiou a Equipa Pedagógica do Agrupamento de Escolas, que pautou sempre a sua atuação de forma pedagógica oferecendo condições para que os alunos de Figueiró da Granja tivessem uma oferta educativa de qualidade.

Informou os presentes que o processo de proposta de abertura ou encerramento das escolas é competência da Câmara Municipal, uma vez que esta fornece quer o transporte, quer a alimentação e ao Agrupamento cabe a organização dos recursos humanos e a organização pedagógica. Referiu que Câmara e Agrupamento têm de estar em sintonia para que este processo decorra na normalidade e que há uma legislação de suporte para constituição

de turmas publicada em Abril de 2013, mas que muitas vezes é ignorada. A sua política é a educação e, como tal, vai continuar a lutar para que a Escola Primária de Figueiró se mantenha aberta, tal como o fez na reunião em Coimbra com o Sr. Vereador Alexandre Lote, no dia 5 de maio, mas sempre condicionado à existência de matrículas de alunos.

O Sr. Presidente da Câmara abordou a questão dos aspectos formais da convocatória da Assembleia Municipal, referindo que com base no disposto no Art.º29, nº1 da Lei 75/2003, "Compete à Assembleia Municipal.....verificar a conformidade e admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas a competência deliberativa da Assembleia Municipal"

Referiu ainda que houve uma deliberação de Câmara aprovada por unanimidade, no sentido de remeter o assunto à autorização da Assembleia Municipal, no entanto e por entendimento do Presidente da Assembleia, tal assunto não seria da competência da Assembleia Municipal. Acrescentou, ainda, que foi pedido parecer jurídico relativamente à concessão da exploração do bar da zona de lazer do rio Mondego e caso esse parecer seja no sentido de solicitar autorização à Assembleia Municipal, tal assunto deverá vir numa próxima sessão.

Relativamente à questão do saneamento da Escola C+S, disse que neste momento a Câmara Municipal não dispõe de meios financeiros e técnicos para aumentar a rede de saneamento e, por isso, terá de se solucionar o problema provisoriamente bombeando os esgotos para a rede de drenagem.

Em relação ao Fornos Cup 2014, referiu tratar-se de uma iniciativa que envolveu 800 jovens e que não implicou grandes custos para a Câmara Municipal, uma vez que houve uma contribuição dos comerciantes de Fornos de Algodres.

No que concerne à questão da Rede Escolar, louvou o esforço do Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja e a colaboração do Membro da Assembleia Cristina Guerra, que matriculou a sua filha mais nova na referida escola. Referiu que a sua intenção é manter a escola em funcionamento e vai trabalhar para isso.

Relativamente à moção apresentada pela Bancada do PSD, concordou plenamente com a mesma, salientando que esse trabalho já está a

ser feito, quer pela inspeção quer pelos serviços jurídicos sendo o principal objectivo do executivo fazer reverter os terrenos à Câmara Municipal e saldar todas as dívidas com os fornecedores do concelho.

Referiu que este é um processo complicado de resolver, a Direção Regional de Agricultura emitiu um parecer no dia 15 de Maio do qual a Câmara só teve conhecimento em Junho, no sentido de se proceder ao fraccionamento dos terrenos.

Leu, seguidamente, uma passagem de uma ata de 2001, em que a Assembleia deliberou a possibilidade de colaborar com o projecto "Terras Serranas", correspondente à intervenção do então Membro da Assembleia Manuel Torres e em que este sugeriu que deveria ser "salvaguardada a possibilidade de haver hipotecas ou penhoras, sobre estes bens que a Câmara vai ceder, para se acautelar o futuro, pois isto pode dar para o torto, sendo possível amanhã as coisas não se concretizarem e a Câmara ficar com uma criança nos braços, ou por motivos de dívida vir a acontecer uma catástrofe ainda pior, que é virem penhorar aquilo que a Câmara constituiu; pensava que era possível salvaguardar isso. O Sr. Presidente, na altura, achava que era pertinente esta questão e outras que ainda poderão vir a surgir, pois não podemos confundir-nos com alguns interesses privados que possam ser menos claros. Pensava que essa questão poderia ser salvaguardada na escritura pública quando for a salvaguardar aquilo que é nosso património. Eles querem também separar as águas, pois não podemos de modo nenhum estar a incluir toda a zona envolvente numa futura hipoteca ou garantia bancária. O Deputado Manuel Torres disse que propunha que isso fosse salvaguardado no pacto social, pois este vai obrigar as partes contraentes e, assim, ficavam retirados os poderes a qualquer Conselho de Administração para hipotecar seja o que for."

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lesse a intervenção dos deputados do Partido Socialista.

O Sr. Presidente da Câmara, por sua vez, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que o deixasse terminar a sua intervenção e depois responderia à sua questão.

Referiu que está a trabalhar no sentido de fazer reverter toda a área envolvente ao Hotel à Câmara Municipal, mas que não admite o

comportamento do Presidente do Conselho de Administração, uma vez que numa fase de diálogo, foi-lhe pedido que facultasse elementos que ajudassem a contabilizar a participação da Câmara Municipal nas Empresas “Terras Serranas” e “Fornos Vida” e esses elementos não foram facultados.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que o Sr. Presidente da Câmara só leu o que lhe interessou pois deveria ter lido a intervenção do deputado Luís Ginja que disse: “...que se tinha de estar de acordo pois era um investimento dos mais importantes para Fornos de Algodres”.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Sr. Presidente da Câmara se confirmava tudo o que estava escrito na notícia do jornal, ao qual o Sr. Presidente da Câmara respondeu que reiterava tudo o que disse e que nunca utilizou a palavra “incúria”.

O Sr. Presidente da Assembleia fez um ultimato ao Sr. Presidente da Câmara que se no prazo de uma semana não fizesse um desmentido para o jornal, faria um comunicado à população de Fornos, porque a notícia constitui um atentado à sua dignidade.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que em 2001 foi aprovada por unanimidade a cedência às Terras Serranas de 120 000 m²; em 2000 foi feita uma participação à matriz, do ringue, com 1283 m² e do campo de futebol com 10620 m². O Campo, o ringue e a casa do guarda não faziam parte desta cedência e foram atualizados em 2012. Estas três propriedades são pertença da Câmara Municipal. Em 2011, foi aprovado por unanimidade, ceder mais 54 000 m² a outra sociedade – Via Plano – para construção de termas e spa, cuja escritura foi feita em Celorico da Beira. Tudo o que foi cedido está devidamente documentado, se o empresário aproveitou documentos que os serviços da Câmara lhe tenham fornecido para juntar ao processo e, por sua iniciativa, registou em nome da empresa e se houve algumas ilegalidades, o Sr. Presidente da Câmara deverá resolvê-las com ele.

Salientou ainda que a conduta da Câmara não está a ser a mais correta, porque um investimento desta envergadura deveria ser apoiado.

Disse ainda que, na altura, os Técnicos da Câmara registaram os terrenos que estavam fora dos rústicos e o terreno onde está implantado o Campo Novo, cabe à Junta de Freguesia de Infias defendê-lo porque ao que sabe os terrenos pertencentes à junta de Infias estão todos em nome das

“Terras Serranas”, os quais estão pagos mas não escriturados. Durante estes anos, foram feitos vários investimentos, através de candidaturas a fundos comunitários e, se este assunto não for devidamente esclarecido corre -se o risco de suportar todos estes investimentos. Por fim referiu que “mais vale um mau acordo do que uma boa demanda” e, por isso, está disponível para colaborar na resolução deste assunto e para que o hotel tenha futuro em Fornos de Algodres.

O Membro da Assembleia Luís Ginja pediu a palavra para dizer que a vítima neste processo não é o Presidente da Assembleia mas sim o concelho de Fornos de Algodres.

Referiu que enquanto vereador assumia a posição que tomou ao votar a cedência dos 54 000 m² em 2011 para construção do spa e das termas, mas que desconhecia o resto e que se o empresário fez alguma coisa à revelia da autarquia, terá de sofrer as consequências.

O Membro da Assembleia Luís Agostinho referiu que a Junta de Freguesia de Infias tinha todos os seus terrenos protocolados com a Câmara Municipal, não tinha qualquer acordo com o empresário, apenas procederam à identificação dos terrenos por ele ocupados. Mencionou ainda que estão a tentar resolver este assunto da melhor maneira. No que diz respeito à legalização dos terrenos que estão vendidos e pagos pertencentes à Junta de Freguesia de Infias, esta não coloca qualquer objecção na sua escrituração.

O Sr. Presidente da Assembleia, solicitou ao Membro Luís Agostinho que resolvesse esta situação com a Câmara Municipal, ou seja, pôr em nome da Câmara os terrenos comprados, no sentido de reaver o dinheiro que servirá para pagar a fornecedores.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra pediu ainda mais esclarecimentos no sentido de saber se os despejos vão continuar a ser feitos para os terrenos habituais.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo no seguimento de tudo o que foi dito, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre os dois processos que a Câmara instaurou às empresas do Sr. Gumersindo. A ser verdade, quis saber qual o teor desses processos.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que os processos estão em segredo de justiça, mas estão relacionados com a contabilização da

participação da Câmara Municipal nas empresas “Fornos Vida” e “Terras Serranas”.

De seguida questionou o Sr. Presidente da Assembleia se tinha conhecimento dos funcionários que facultaram os elementos ao empresário para proceder aos registos dos terrenos, no sentido de tomar medidas, uma vez que tiveram uma atitude de deslealdade para com o anterior executivo, ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que isso não era da sua conta, porque na altura, quem detinha o poder disciplinar sobre os funcionários era o anterior Presidente da Câmara.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: “ Palavra escrita do Presidente da Câmara”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º 194 datado de 23 de Junho, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

Como ninguém usou da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: “Apreciação da proposta apresentada pelo Membro da Assembleia Cristina Maria Campos Guerra, e eventual constituição de uma Comissão de Trabalho”.

O Membro da Assembleia Luís Ginja referiu que a aprovação de uma Comissão Permanente seria mais pertinente do que a aprovação da Comissão de Trabalho, salientando que não se sentiria bem ao fazer parte da mesma, tendo sido vereador no mandato anterior e que não seria adequado criar uma comissão onde estão representados os intervenientes no processo.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra referiu que o objectivo da Comissão Permanente é completamente diferente do objectivo da Comissão de Trabalho, ou seja, dar a conhecer os factos na primeira pessoa. Referiu também não compreender porque é que os vereadores que exerceram funções na anterior vereação ou Assembleia não possam fazer parte desta Comissão, uma vez que podem dar um contributo extraordinário.

O Sr. Presidente da Assembleia deu um interregno de cinco minutos nos trabalhos para refletirem na questão e depois submeter a votação.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou se havia propostas, tendo o Membro da Assembleia Luís Ginja proposto que a

Comissão de Trabalho deveria ser integrada por três elementos do PSD, dois elementos do PS e um elemento do CDS.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo referiu que a questão da proporcionalidade não esteve na base da decisão, mas uma vez que a deputada Cristina Guerra fez questão que o Presidente da Assembleia fizesse parte da Comissão, esta integraria três elementos do PSD, dois do PS e um do CDS.

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e será integrada por três membros do PSD, dois do PS e um do CDS, tendo as bancadas sete dias para informar o Presidente da Mesa dos nomes dos membros a integrar a Comissão.

Passou-se à alínea c) da Ordem de Trabalhos: “Nomeação da Sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A. como auditor externo do Município de Fornos de Algodres”, tendo o Sr. Presidente da Assembleia dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu ter sido deliberado por unanimidade, em reunião de Câmara ser esta a empresa a auditar as contas do Município nos próximos três anos.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra referiu que anexada à proposta dos auditores que recebeu aquando da convocatória para a Assembleia deveria ter vindo a abertura do concurso, as propostas de outras empresas, os montantes e as funções.

O Membro da Assembleia Pedro Oliveira chamou a atenção para a questão do valor, uma vez que não está especificado se os 19.200,00 € correspondem ao valor a pagar anualmente.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que esta empresa foi escolhida por uma questão de preço e vai contribuir para melhorar a gestão da Câmara nos próximos anos.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”.

Usou da palavra o Membro da Assembleia Luís Ginja para referir que oito meses de mandato, são suficientes para o Sr. Presidente da Câmara nos facultar algumas informações sobre as iniciativas e as mudanças que fez no

município que, de alguma forma, alterassem o modo como este foi gerido nos últimos anos, nesse sentido questionou o Sr. Presidente da Câmara se já havia algum feedback sobre os oito meses de mandato do novo executivo.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso mencionou as limpezas que estão a ser feitas na Estrada Nacional 16 e pediu que não se esquecessem que a “Estrada Nacional 16 também existe do lado de lá do rio”. Questionou o Sr. Presidente se já havia alcatrão, uma vez que foi tapado um buraco à saída da IP5 com cimento.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra felicitou o executivo pela organização de eventos culturais e pela dinamização da Biblioteca Municipal. Chamou a atenção para o corte nas árvores na Av. dos Bombeiros Voluntários, salientou que os espaços públicos não estão a ser devidamente cuidados e as ervas estão muito altas. Gostaria de ver os espaços públicos ajardinados e a sede do concelho mais arranjada.

O Membro da Assembleia Álvaro dos Santos chamou a atenção para o facto de os caixotes do lixo se encontrarem furados e não serem substituídos há vários anos, o que constituiu um problema de saúde pública.

Referiu que há vários caminhos degradados, não só devido ao Inverno rigoroso que atravessámos, mas também devido à passagem dos jipes que agravaram a situação.

De seguida questionou o Sr. Presidente da Câmara se a utilização da retroescavadora se mantinha nos mesmos moldes, ou seja, uma semana em cada junta de freguesia, por ordem alfabética.

O Membro da Assembleia Maria João convidou os presentes a comparecerem no dia 20 de Julho, na Matança, no âmbito das comemorações dos 500 anos do Foral.

O Membro da Assembleia Luís Agostinho avisou não ter recebido a convocatória para a Assembleia Municipal nem o panfleto de registo.

Referiu que o funcionário destacado para exercer funções na Junta de Freguesia de Infias não tem comparecido desde a realização da Feira do Queijo e, uma vez que há Juntas de Freguesia contempladas com um funcionário, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre os critérios que estiveram na base dessa seleção.

Abordou a questão das Festas do Concelho dizendo que ao conceder-se um subsídio à Festa de Nossa Senhora da Graça, dever-se-ia ter em consideração as restantes festas, até porque a Festa do concelho de Fornos de Algodres é a Festa de S. Miguel e não a Festa da Nossa Senhora da Graça. Mostrou o seu desagrado ao receber a comunicação da Câmara Municipal a informar que não seria atribuído subsídio à Festa de S. Pedro, sendo esta uma das doze festas do concelho.

Salientou que não há igualdade de critérios para com as Juntas de Freguesia, quer no que diz respeito à atribuição de subsídios, quer no que diz respeito à limpeza dos espaços.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo abordou novamente a questão da transmissão da Assembleia em tempo real, questão essa já colocada em Assembleias anteriores, ao que lhe foi dito que o regimento teria de ser alterado. Colocou a possibilidade da transmissão via rádio pois as pessoas têm o direito de ouvir o que se fala na Assembleia, evitando, assim, a deturpação dos assuntos na praça pública, seria do interesse de todos a transmissão do áudio da Assembleia no site do Município.

De seguida, falando como cidadão e como membro de um Club Todo o Terreno que preza a natureza e em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja, referiu que é um contra censo enorme dizer que “foram para lá estragar os caminhos”, quando uma prova desta envergadura, organizada com base numa parceria entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e KTM foi realizada em Figueiró da Granja.

O Membro da Assembleia Elvas da Rocha referiu que as Juntas de Freguesia deveriam contribuir na sensibilização dos proprietários no sentido de procederem à limpeza dos seus terrenos, sobretudo os mais próximos das habitações, dada a época que se avizinha.

No que concerne à limpeza das bermas das estradas, referiu que também ele se sentiu um pouco discriminado, mas cabe às Juntas de Freguesia alertar os Serviços responsáveis para essa situação.

Seguidamente abordou a questão do fecho das escolas manifestando a sua concordância com quase tudo o que foi referido pelo Membro da Assembleia Artur Oliveira à exceção da afirmação “a câmara é que abre e

fecha as escolas”, uma vez que deveria haver um acordo entre a Câmara Municipal e a DREC.

Mostrou o seu desagrado em relação aos serviços prestados pelos CTT, uma vez que há semanas em que a correspondência não é distribuída, há atrasos na sua entrega e, por vezes, recebemos correspondência de outras pessoas. Referiu que deveria haver da parte da Câmara Municipal uma sensibilização aos CTT, no sentido de haver um pouco mais de zelo na distribuição da correspondência.

O Membro da Assembleia João Castelo Branco referiu que há uns anos atrás teve a oportunidade de dizer em público que Fornos já possuía os equipamentos necessários e o grande desafio seria dar-lhes vida. Nesse sentido, congratulou-se com os eventos que a Câmara Municipal tem organizado, salientando que poderíamos fazer melhor nomeadamente na representação e presença dos empresários do concelho.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca do edifício destinado à residência de estudantes, onde está um funcionário da Câmara, referindo que seria vantajoso negociar com a DREC, no sentido de melhorar a estrutura e utilizar o mesmo como alojamento para quem quisesse permanecer no centro da vila.

Seguidamente propôs pôr “Fornos a olhar para o rio”, referindo que o anfiteatro junto à Capela de Nossa Senhora da Graça está numa situação de quase abandono e que poderia ser aproveitado nomeadamente para festividades religiosas, assim como a estrada romana que se encontra em muito mau estado. Indicou o seminário como um polo de atração que deveria ter outras alternativas e, por fim, a Praia Fluvial que não tem conseguido o fim a que se destina.

O Membro da Assembleia Artur Oliveira usou da palavra para referir dois assuntos: agradeceu a ressalva do Membro Elvas da Rocha relativamente ao fecho das escolas, salientando que de facto, é a Câmara Municipal que propõe a abertura ou encerramento das escolas, para além da “morte natural” que ocorre por força da legislação que impõe um determinado número de alunos. Referiu que se a Câmara Municipal lhe comunicar que vai cessar o transporte ou a alimentação aos alunos de uma determinada escola, só terá de acatar a decisão e comunicar o facto aos Serviços Centrais, para além de

informar a escola que o seu funcionamento está ameaçado por insuficiência de alunos.

A segunda questão relacionou-se com a manifestação de insatisfação de alguns caçadores, relativamente ao facto de o Clube de Caça e Pesca ser obrigado a sinalizar a zona de caça e os funcionários da Câmara designados para a limpeza das bermas retirarem essa sinalização. Para além de ser um trabalho infrutífero para quem coloca as placas, o Clube de Caça e Pesca corre o risco de incorrer em multas desnecessárias. O Membro da Assembleia Artur Oliveira referiu ter já abordado a questão com o Técnico que coordena os Serviços de limpeza.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu ter já abordado a questão da transmissão da Assembleia com o responsável pela rádio, é um processo simples mas que acarreta custos e, como não há verba na rubrica da Assembleia Municipal, quando se discutir o próximo orçamento resolver-se-á esta questão.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que em relação ao encerramento das escolas concorda com o que foi dito pelo Membro Artur Oliveira, salientando que dever-se-iam encontrar formas de atrair alunos de outros concelhos e, talvez a médio prazo, criar um ensino articulado.

Relativamente à questão da sinalização das zonas de caça referiu não haver nenhum processo de intenção por parte do executivo em retirar a sinalização e que iria abordar os serviços no sentido de resolver rapidamente a questão.

Em relação à intervenção do Membro João Castelo Branco admitiu que temos de melhorar e potenciar os eventos em conjunto com os empresários do concelho.

No que diz respeito à Residência de Estudantes referiu que estão a estudar o problema em virtude de estar a ser feita a sua gestão por duas entidades, a Câmara Municipal e a Escola. A Escola através de um membro do Órgão de Gestão e a Câmara por um funcionário.

Relativamente ao rio Mondego, é um sítio a potenciar rapidamente no sentido de rentabilizar o espaço. No ano transato o ato de retirar e colocar a piscina custava aproximadamente 4.800 €, segundo informações dos Serviços

Técnicos da Câmara. Este ano estão a decorrer negociações no sentido de reduzir esse valor.

Em relação à estrada romana referiu que está de facto em péssimas condições e que é urgente resolver esta situação.

No que concerne aos CTT prontificou-se a falar com a responsável pelos serviços em Fornos de Algodres no sentido de averiguar o que se passa e, caso seja necessário, manifestar a sua insatisfação junto do Conselho de Administração dos CTT.

No que respeita à transmissão da Assembleia referiu que o Sr. Presidente da Assembleia já deu a informação sobre esse assunto e que concorda com ele.

Relativamente aos caminhos danificados na freguesia de Figueiró da Granja, a Câmara está receptiva à elaboração de um protocolo com o Clube Esgalhada TT, assim como o fez com a Junta de Freguesia.

Em relação ao facto do Membro Luís Agostinho não ter recebido a convocatória vai averiguar o que se passou.

No que concerne à questão do funcionário, a curto prazo, a junta não terá um funcionário à sua disposição até porque nem todas as Juntas de Freguesia foram contempladas, à exceção da Junta de Freguesia de Algodres e da União das Freguesias de Sobral Pichorro, Fuinhas e Mata.

Relativamente à questão dos subsídios e à festa de S. Pedro, foi deliberado em reunião de Câmara que face à situação financeira que a mesma atravessa, não seriam atribuídos subsídios mas seria dado outro tipo de apoio tal como a disponibilização de palcos e de funcionários. Entendeu-se atribuir um subsídio à Festa de Nossa Senhora da Graça uma vez que é nesta festa que a população celebra e deverá ser encarada não como a festa da freguesia mas como a festa do concelho.

Em relação ao convite do Membro da Assembleia Maria João para estar presente nas comemorações dos 500 anos do Foral, confirmou a sua presença.

No que diz respeito à questão dos caixotes do lixo, está a ser feito um levantamento dos que se encontram em mau estado para se proceder à sua substituição e quanto aos contentores já foi feita uma informação à Resiestrela, uma vez que estes são da sua competência.

Relativamente ao mau estado dos caminhos, referiu que o Inverno foi muito rigoroso o que agravou a situação e que de momento a Câmara não dispõe nem de meios humanos nem materiais para fazer face a todas as situações. Referiu ainda que estão a elaborar uma planificação de modo a que todas as freguesias possam usufruir da máquina e proceder à limpeza dos caminhos.

Em relação à Biblioteca referiu que foi uma obra do anterior executivo mas cabe a este dinamizá-la através da organização de várias iniciativas e da implementação de um novo horário de funcionamento nomeadamente ao sábado de manhã.

No que diz respeito aos espaços públicos estão a ser tomadas diligências no sentido de satisfazerem as necessidades quer das freguesias quer da vila.

Relativamente às limpezas da Estrada Nacional 16, referiu ser uma questão de planificação. A limpeza foi feita no ano passado e, uma vez que o Inverno foi muito rigoroso, houve necessidade de proceder novamente à sua limpeza.

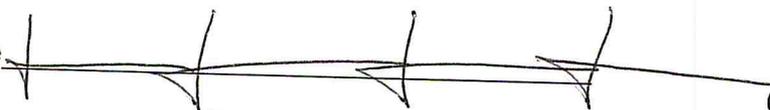
Relativamente à intervenção do Membro Luís Ginja, referiu que irá ser implementado o Fundo de Apoio Municipal, sendo a Câmara Municipal uma das candidatas. Estão a ser feitas negociações no sentido de se ajustarem as participações das autarquias, sendo que num primeiro estudo se falava numa participação de 30% do Estado e de 70% das autarquias e, posteriormente, num segundo estudo, numa participação de 50 % do Estado e de 50% das Autarquias, estas e outras questões estão a ser negociadas.

Referiu ainda que a sua gestão teria de ser diferente da gestão do executivo anterior e, como tal houve diminuição de custos nomeadamente na aquisição de bens e serviços e consumo de gasóleo.

Em virtude de não se ter verificado nenhuma inscrição para intervenção do Público, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação, a aprovação em minuta das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente



O Secretário



O Secretário

